

## **Economia Solidária: um caminho para a superação da sociedade capitalista?**

Marlene Grade<sup>1</sup>

Idaleto Malvezzi Aued<sup>2</sup>

### **Resumo**

Muitas são as experimentações, enquanto crítica empírica, na busca pela construção de uma outra sociedade que se contrapõe ao modo de produção capitalista. Estas novas relações sociais podem estar manifestando-se, hoje, no espaço que compõe a economia solidária, embora ainda em processo de espacialização e territorialização. Para percebê-las necessário se faz evidenciar qual o seu móvel, e se ele está para além dos moldes burgueses de produção enquanto salário e lucro. Busca-se no que tem sido formulado como economia solidária os elementos que se têm apresentados como possibilidade de construção de uma sociedade superior a capitalista, levando em consideração o atual grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, fatores que impossibilitam o retorno a estágios anteriores da reprodução humana e que aguçam a luta de classes no interior da sociedade burguesa.

### **Introdução**

O ideário de constituição de uma sociedade harmônica povoa, há séculos, o imaginário humano. Muitos foram os estudiosos que se debruçaram sobre os experimentos sociais para construí-la idealmente, entre eles estão Platão, com a República; Thomas More, com sua Utopia; Francis Bacon, com a Nova Atlântida; Tommaso Campanhella, com a Cidade do Sol e Ítalo Calvino com as Cidades Invisíveis. As idealizações destes autores materializam-se em cidades imaginárias que organizam a vida ao redor de uma estrutura social na qual todas as pessoas teriam suas tarefas e seu espaço específico pré-determinados.

Muitas são as experimentações, enquanto crítica empírica, portanto reais, na busca pela construção de uma outra sociedade que se contrapõe ao modo de produção capitalista. Essa crítica empírica pode estar manifestando-se hoje no que se chama de espaço da economia solidária.

A constituição da crítica empírica teve início no Continente Europeu através dos socialistas utópicos<sup>3</sup> Charles Fourier (1772-1837), Robert Owen (1770-1858) e Pierre Joseph

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Geografia na UFSC e Mestre em Economia pela UFSC. mcmарlene@uol.com.br

<sup>2</sup> Doutor em Geografia Humana pela USP e Professor titular DE no Departamento de Economia da UFSC. idaleto@cse.ufsc.br

<sup>3</sup> Assim nomeados por Karl Marx, os diferenciando-os dos socialistas científicos.

Proudhon (1809-1865). É neles que a economia solidária, na expressão de Paul Singer, encontra a base teórica e empírica que lhe dá sustentação.

Logo após a Revolução Industrial Inglesa, no fim do século XVIII, como reação ao empobrecimento dos artesãos, provocado pela difusão da maquinaria e da organização fabril da produção, na Grã-Bretanha, têm início as primeiras manifestações críticas à forma burguesa de produzir a vida. Nessa época, a exploração do trabalho não tinha limites legais e ameaçava a vida da classe proletária. Eram em massa as expulsões de camponeses dos domínios senhoriais que se transformavam em proletários, assim como a presença de crianças que cedo iniciavam sua vida de trabalho nas indústrias (Singer, 2002a:24).

A classe trabalhadora, atingida em sua base existencial, procurou contrapor-se ao avanço do modo de produção capitalista opondo-se ao uso da maquinaria, na época impulsionada pela Revolução Francesa (1789), desenvolvendo outras formas de organização da produção, como o cooperativismo. Nessa época, a luta de classes dava-se em forma de insurreições súbitas em vista da ameaça da fome e da miséria. O movimento que assumiu maior proporção e possuía alguma organização foi o dos “luddistas”. Essa oposição da classe trabalhadora ao industrialismo, neste momento histórico, representava uma oposição reacionária ao capitalismo, uma busca pela reconstituição dos elos com o passado feudal em que os “luddistas” o imaginavam como um mundo idílico de estabilidade e paz. Entretanto, acabou provavelmente por desaparecer nos anos vinte do século XIX, quando uma parcela significativa do movimento operário converteu-se ao “owenismo”, cuja ascensão significava um avanço para o futuro. Assim sendo, enquanto os luddistas buscavam fazer a roda da história retornar no tempo, os owenistas a impulsionavam para frente (Singer, 1998:68-72).

Desta forma, a partir de 1820, a classe trabalhadora industrial britânica – espaço no qual ela estava em constituição – é que se defrontou com o modo de produção capitalista, abandonando a luta contra o progresso técnico, passando à busca pela construção de uma outra possibilidade e engajando-se em outra utopia: “a da construção de um novo mundo à base das novas forças produtivas, mas em que a cooperação e a igualdade tomem o lugar da competição e da exploração” (Singer, 1998:73).

A forma de contrapor-se ao capitalismo faz-se através da crítica empírica (experimento real) e não como filosofia (discurso). A crítica ao modo de produção capitalista faz-se na produção, ou seja, buscando implementar na produção e reprodução da vida uma outra racionalidade que substitua a capitalista. Exemplos desta fase inicial são, entre outros, as Aldeias Cooperativas de Robert Owen, cujo resultado foi à criação de cooperativas owenistas e os Falanstérios de Charles Fourier.

## **I - Em busca do novo**

A gestação do novo, na história, dá-se, freqüentemente, de modo quase imperceptível, já que suas sementes começam a se impor quando ainda o velho é quantitativamente dominante, coloca-nos Milton Santos (2000). É exatamente por isso que a "qualidade" do novo pode passar despercebida.

No caso do mundo atual, temos a consciência de viver um novo período, mas o novo que mais facilmente apreendemos é a utilização de formidáveis recursos da técnica e da ciência pelas novas formas do grande capital, apoiado por formas institucionais igualmente novas, prossegue Santos (2000). Ou seja, para ele, o novo é também a ampliação da produção da riqueza em forma de novas tecnologias que são apoiadas por outras formas institucionais. As mudanças a serem introduzidas não virão do centro do sistema, como em outras fases de ruptura na marcha do capitalismo. As mudanças sairão dos países subdesenvolvidos. A mudança, aqui, significa uma outra forma de globalização, uma reversão ao processo de acumulação capitalista.

Corroborar a positividade dos progressos tecno-científico-informacionais fulminantes que faz com que o mundo fique mais perto de cada um, não importa onde esteja. O mundo se instala nos lugares, e as dialéticas da vida nos lugares ficam mais enriquecidas e são, paralelamente, o caldo de cultura necessário à proposição e ao exercício de uma nova política (Santos 2000).

De forma que se ousa pensar que a história do homem sobre a Terra dispõe afinal das condições objetivas, materiais e intelectuais, para superar o endeusamento do dinheiro e dos objetos técnicos e enfrentar o começo de uma nova trajetória. “O tempo das possibilidades efetivamente criadas, o que, à sua época, cada geração encontra disponível, isso a que chamamos tempo empírico, cujas mudanças são marcadas pela irrupção de novos objetos, de novas ações e relações de novas idéias” (Santos, 2000).

Diante do que, para ele, o mundo atual, como disponibilidade e como possibilidade, em que as condições materiais já estão dadas para que se imponha a desejada mutação, mas seu destino vai depender de como disponibilidades e possibilidades serão aproveitadas pela política.

Agora que estamos descobrindo o sentido de nossa presença no planeta, pode-se dizer que uma história universal verdadeiramente humana está, finalmente, começando. A mesma materialidade, atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano. Basta que se completem as duas

grandes mutações ora em gestação: a mutação tecnológica e a mutação filosófica da espécie humana (Santos, 2000).

Neste início de novo século, acreditando nesta possibilidade de construção consciente do novo pelos homens, ou pela “grande mutação” em que acreditava Milton Santos, quando as duas mutações compreendidas por ele se fizerem, buscamos nos pesquisadores que analisam os experimentos de economia solidária se a possibilidade do que chamamos de crítica empírica ao modo de produção capitalista que pode estar se evidenciando nesses espaços. A fim de verificar se está ocorrendo esta espacialização, embora ainda embrionariamente, de uma nova sociedade faz-se necessário evidenciar o grau mais elevado do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais burguesas.

## **II - O novo no velho mundo burguês**

Existem experiências da construção de sociedades que se pretendem superior à capitalista como foi a da URSS, e é a da China e a de Cuba. Muitos são os estudos que destacam os elementos desta nova sociedade como Stephen F. Cohen, Charles Bettelheim e E. H. Carr.<sup>4</sup> No entanto, observar se novos elementos, embora ainda em processo de espacialização e territorialização, se evidenciam em experimentos como os da Economia Solidária, a partir dos autores que os pesquisam, não têm sido uma prática teórica normal e comum, entretanto este espaço parece estar indicando a possibilidade de emergência de novas relações sociais, e para percebê-las necessário se faz evidenciar qual a dinâmica da economia solidária. Ou seja, se o seu móvel está para além dos moldes burgueses de produção enquanto o salário e o lucro. Destacamos, nos nossos estudos, dado a importância de suas propostas, os autores: Paul Singer, Marcelo Lopes de Souza, Enrique Leff, Luís Razeto, Luiz Inácio Gaiger, Armando Lisboa, Euclides Mance, Aníbal Quijano, Boaventura de Souza Santos, César Rodriguez e Carlos Vainer.

Nosso objetivo está, portanto, em apontar, no conjunto da sociedade burguesa, ou seja, no que tem sido formulado como economia solidária pelos autores citados os elementos que se têm apresentados como possibilidade de construção de uma sociedade superior a capitalista, levando em consideração o atual grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, fatores que impossibilitam o retorno a estágios anteriores da reprodução humana e que agudizam a luta de classes no interior da sociedade burguesa.

---

<sup>4</sup> Cohen, (1976), Bettelheim, (1979), Carr, (1981).

Assim é que, para compreender as características da nova sociedade que se apresenta como uma possibilidade nos relatos dos experimentos e análises dos autores que trabalham com a economia solidária, essencial é destacar o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social engendradas pelo modo de produção capitalista. Elas “(...) são os únicos fatores capazes de constituir a base real de uma forma social superior” e, demonstrar que as relações sociais burguesas já não parecem ser mais capazes de garantir a produção e a reprodução dos homens evidenciando a essência do modo de produção capitalista que se faz na produção contraditória de riqueza e barbárie sociais, potencializando a luta entre as classes proprietárias e não-proprietárias dos meios de produção (Marx, 1994:688).

Anterior à constituição do modo de produção capitalista, a força produtiva mais desenvolvida, ainda enquanto trabalho isolado e disperso em que o homem adapta e transforma a natureza segundo as suas necessidades, usando sua habilidade, destreza e número de trabalhadores encontrava-se na pequena produção camponesa e artesanal. A união de uns com outros homens para a produção da vida ocorria esporádica e eventualmente, como foram os casos da construção de grandes diques, da construção das pirâmides, das igrejas ou na caça de grandes animais. A cooperação neste grau do desenvolvimento das forças produtivas não se constitui em base produtiva para a universalização e igualdade entre os homens (Aued, 2000).

De forma que o trabalho individual que organizou a vida dos homens como artesões e camponeses, em que o uso da cooperação fazia-se eventualmente, produzia diferenças entre os homens, cada objeto moldado em diferentes lugares trazia a marca dessa individualidade.

A forma de conexão geral entre todos os homens nesse tempo era a possibilitada pela troca, através do comércio.

Embora os homens continuassem a produzir suas vidas ou através do trabalho isolado, ou em cooperação, o comércio passa a expandir-se, ainda em grau diminuto, mas já mostrava sua superioridade homogeneizando os homens que vendiam para comprar, isto é, produziam um excedente que levavam ao mercado, como mercadorias, e as trocavam pelo excedente de outros produtores diretos, o dinheiro nesta época tinha como objetivo facilitar as trocas diretas. Agora, um novo agente social se interpõe nesse meio e passa a comprar para vender e o faz por preços distintos, não se vincula a uma produção ou ao consumo, esse homem nada cria, nada produz. A troca transforma-se nos fios que conectam a sua lógica todos os homens, sua manifestação se faz pelas formas da mercadoria e do dinheiro. E as relações sociais criadas sob essa base conectam homens livres, autônomos, independentes, proprietários privados mercantis (individuais) do produto do seu trabalho. Antes, na troca direta, o pressuposto era a mercadoria, o dinheiro servia para fazê-la circular, aqui o pressuposto é o dinheiro, a mercadoria aparece

como o meio da sua valorização. Desta forma se faz manifestar o capital em geral. Os trabalhos individuais, concretos, enquanto valores-de-uso transmutam-se em trabalho social, trabalho em geral, trabalho humano abstrato, que nega o seu caráter até então de trabalho próprio, individual, específico (Marx, 1994).

O trabalho social é gerado quando o produto do trabalho do produtor direto passa a ser o meio de conexão com todos os outros produtores diretos na forma de mercadoria, circulação de riqueza como valor.

Este novo agente social que se interpõe no interior dos produtores diretos, produz sua existência pelo trabalho dos outros, pela troca, não cria nada. Esse homem não rouba, não cobra renda da terra, não trabalha produtivamente. A troca, mera formalidade, é o meio pelo qual se conquista a propriedade privada do outro. Valoriza a sua riqueza sem dar nada em contrapartida. Seu lugar é a mobilidade, mero fluxo, é transformar dinheiro em mais dinheiro, sem este movimento a relação morre. Nesse processo o trabalho humano abstrato se transforma em capital e os homens que personificam esse novo agente social são os capitalistas (Aued, 2000).

Na busca de seu movimento constante, sem o qual sucumbe, o capital estimula e impulsiona, quantitativa e qualitativamente, o desenvolvimento da conexão entre os homens que se relacionam através da compra e da venda do produto do seu trabalho. Com essa dinâmica, o mundo dos produtores diretos, do trabalho individual, é subsumido pelo mundo do capital e uma nova determinação lhe é imposta. A nova forma social, o capital, nasce, se desenvolve e se reproduz, no interior das relações mercantis. E faz emergir os limites dela e determina, historicamente, que a sua lógica se expanda.

Quando esta relação social que tem seu dinamismo dado pelos capitais comercial e usurário, penetra no processo produtivo é que temos então a relação capitalista, propriamente dita. As categorias mercadoria, dinheiro, compra e venda são as mesmas, mas não mais materializam àquela forma de produção da vida, a dinâmica agora é dada pelo capital (Marx, 1994).

Ao se introduzir o capital no processo produtivo tem início à divisão do trabalho no interior das oficinas conectando os homens de uma forma até então desconhecida, e o modo de produção capitalista se manifesta. “Nasce quando são concentrados numa oficina, sob o comando do mesmo capitalista, trabalhadores de ofícios diversos e independentes, por cujas mãos tem de passar um produto até seu acabamento final” (Marx, 1994:136).

A manufatura é a primeira forma burguesa de produção da vida dos homens que se utiliza dos avanços possibilitados pela cooperação. É uma revolução social posta na forma de

produção da vida humana. Este homem, agora como trabalhador coletivo, produz a vida nestas novas condições materiais.

O trabalho individual e a cooperação esporádica advinda das necessidades naturais do homem enfrentar e transformar a natureza não são mais suficientes para a produção da vida humana, a produção coletiva, sob a vontade do capital, se impõe.

A mudança quantitativa do ato de juntar várias pessoas muda a qualidade do processo produtivo, ocorrendo um aumento na capacidade produtiva da sociedade. A divisão do trabalho no interior da manufatura conduz à sua especialização que se materializa nos instrumentos de trabalho. Assim, a divisão do trabalho produz um trabalhador individual parcializado, atado a uma única etapa do processo produtivo, que se torna uma profissão. Entretanto, muitas das vantagens advindas desse processo produtivo não decorrem de sua forma particular, mas da natureza da cooperação, embora capitalista.

Em cada ramo que se apossa, a manufatura introduz a simplificação e a parcialização do trabalho vinculado a uma ferramenta, de forma que qualquer um pode executá-lo conduzindo a desvalorização da força de trabalho. Esse processo possibilita o desenvolvimento do trabalhador social médio e produz uma simplificação do trabalho que passa a ser simples desgaste de energia física e mental.

A expansão histórica do capital impôs a concentração dos meios de produção em propriedade privada de alguns poucos capitalistas, os produtores diretos foram expropriados, através de processos nada idílicos, dos meios de produzir a sua existência e são, assim, forçados a transformar sua força de trabalho em objeto de compra e venda. Tanto os meios de produção quanto à capacidade de trabalhar, são, respectivamente, transformados em elementos objetivos e subjetivos do processo de trabalho. Ou seja, os meios de produção, a força de trabalho e o trabalho emancipam-se das condições naturais da produção dos homens e são subordinados às novas leis, à determinação burguesa, à valorização do valor (Aued, 2000).

A partir desta nova forma de produção da existência humana, ninguém mais produz a sua sobrevivência com o produto do seu próprio trabalho. Não há mais como identificar em qualquer produto, o trabalho de um trabalhador específico, uma vez que é ele agora materialização do trabalho em geral, social, pura abstração (Aued, 2000).

O capital, ser puramente social, apropria-se do processo produtivo, estabelece, pela propriedade privada, como monopólio seu, a produção da riqueza e determina como social, sob sua dinâmica, a produção da existência dos homens.

À medida que as forças produtivas elevam-se, a cooperação capitalista entre os homens atinge outra potência, produz-se riqueza em tempo sempre menor. Quanto mais potencializa a

produção de riqueza mais incorpora trabalho vivo em trabalho passado. Esse processo permite um fantástico salto qualitativo das e nas forças produtivas sociais que transforma as forças naturais em artificiais (Aued, 2000).

A utilização das máquinas que revolucionam o processo produtivo, isto é, criticam empiricamente a forma de produção, eleva desmedidamente a potência de produzir mais riqueza em menos tempo, materializa o trabalho coletivo e passa a eliminar trabalho vivo, embora seja ela a forma material de união de todos os homens.

Em seu conceito geral, a máquina, é o organismo coletivo que os homens tomam conta para facilitar a produção da vida. O seu uso capitalista deturpa e corrompe esse conceito e produz na vida dos homens um efeito contrário e o homem é o que a máquina impõe (Marx, 1994).

Pela junção dos homens possibilitado pelo desenvolvimento das forças produtivas, que resulta em uma força muito maior do que a simples soma das forças de trabalho individuais, o capitalista nada paga, adquire-a ao incorporar trabalho passado e força de trabalho viva como se fosse uma força natural e não uma construção social.

Esse espaço socializante, embora ainda capitalista, destrói todos os espaços individuais. A socialização é uma necessidade histórica. Ou seja, o novo é a socialização imposta pelas forças produtivas originadas sob o modo de produção capitalista, de forma que não há historicamente mais espaço para uma sociedade que tem como base, ainda, a propriedade privada dos meios de produção, o volume de riqueza produzida por esta força produtiva coletiva não está a suportar as relações sociais burguesas.

A forma burguesa dos homens se relacionarem impôs a universalização dos homens, entretanto, essa universalidade se expressa como pressuposto e resultado do capital e reparte os homens em duas classes sociais: proprietários e não-proprietários dos meios de produção, que expressam a posição que os homens desempenham no processo de valorização da riqueza e que só existem através da relação mútua.

Assim é que o modo de produção capitalista<sup>5</sup> assenta-se no trabalho social, entendido, como a interação e a interconexão no tempo e no espaço entre o trabalho coletivo (cooperativo) e o universal<sup>6</sup>. A cooperação supõe vários homens trabalhando em conjunto, de acordo com um

---

<sup>5</sup> Modo de produção capitalista: é o modo pelo qual o capital se apossa do trabalho para subtrair dos trabalhadores diretos mais trabalho excedente na forma de mais-valia (Marx, cap. 5 livro 1 vol.I, p. 222).

<sup>6</sup> Trabalho coletivo e trabalho universal: a trajetória da cadeira fazendo-se cadeira hoje: essa trajetória é o trabalhador universal. O trabalhador coletivo é a junção dos trabalhadores necessários para fazer-se a cadeira, a madeira cerrada, o prego, o couro, a tábua: esses trabalhadores são o trabalhador coletivo. Trabalhador universal: para fazer a cadeira hoje está posto todo o conhecimento humano de



plano pré-determinado, ou em processos de produção diferentes, mas com conexões entre si. Pode-se denominar de cooperação, a união de uns homens com outros. E trabalho universal como unidade no presente das diversidades de todos os trabalhos desde a origem do homem <sup>7</sup>.

O trabalho social adquire a forma de manufatura e de maquinaria, que a um só tempo faz manifestar os elementos materiais potenciais para uma nova sociedade e, também, os limites da apropriação privada da riqueza como lucro e salário.

Essa forma destrói, critica empiricamente, a produção individual, camponesa e artesanal. Generaliza a conexão entre todos os homens e transforma os meios de produção que, a partir daí, só podem ser operados em comum (coletivamente)<sup>8</sup>. Portanto, nesta forma de vida, os trabalhadores individuais foram separados dos meios de produção e a força de trabalho do trabalho, e as condições objetivas do trabalho das condições subjetivas<sup>9</sup>.

Na sociedade burguesa, o trabalho social adquire a forma de capital, e assim torna-se um mecanismo de exploração do trabalhador. Entretanto, o trabalho social é a única força capaz de produzir uma base material superior aos modos de produção já experimentados pelo homem.

Os elementos engendrados pelo trabalhador social compreendem: elevação da potência mecânica do trabalho; ampliação do espaço em que atua o trabalho; redução desse espaço em relação à escala da produção; mobilização de muito trabalho em momentos críticos; emulação entre os indivíduos; continuidade e multiformidade às tarefas de muitos; realização de diversas operações ao mesmo tempo; poupança dos meios de produção em virtude do seu uso em comum; e transformação do trabalho individual em trabalho social médio (Marx, 1994).

O trabalhador social desenvolve a produtividade do trabalho e pressupõe a cooperação em grande escala. É esse pressuposto que organiza a divisão e a combinação do trabalho. Funda-se no emprego econômico dos meios de produção manejados pelo trabalho combinado, social e na exploração planejada do solo; supõe um instrumental de trabalho que só se presta para a utilização em comum. O trabalho social coloca à disposição da produção imensas forças naturais, transforma o processo de produção numa aplicação consciente da ciência e, assim, o envolvimento de todos os povos na rede do mercado mundial (Marx, 1994).

---

se fazer todos os valores de uso. Quer dizer há uma horizontalidade que é a cadeira fazendo-se cadeira, assim todos os valores de uso são linhas horizontais. A verticalidade é que para se fazer à cadeira hoje há a junção de todos os conhecimentos humanos. É uma síntese de tudo. É como se a Revolução Industrial fosse a síntese em que todos os valores de uso e o conhecimento humano se encontrassem.

<sup>7</sup> Marx, livro 3, volume VI capítulo V.

<sup>8</sup> Marx, cap XXI e XXII, livro I, vol II.

<sup>9</sup> Marx, livro 1, volume II, capítulos XXI e XXII, p. 657 e 711.

Na trajetória histórica do sistema capitalista o trabalho passado<sup>10</sup> vai se sobrepondo ao trabalho vivo<sup>11</sup> num caminhar que se faz, cada vez, em maior velocidade e vislumbra-se, nessa relação, uma tendência que se revela paradoxal: a desnecessidade dos homens ao capital, como trabalhadores diretos e como capitalistas.

Assim, percebe-se a implacabilidade da história para com a classe trabalhadora. Em outra época, não muito longínqua, o trabalho do escravo possibilitava a vida de todos. O que movia os homens escravos era libertar-se desta condição e retornar ao que sempre foram: homens tribais, comunais ou livres, possibilidade real naquele momento da história. Desta forma, está posto ao homem escravo, ainda, a reconstituição de sua forma anterior de se produzir e reproduzir socialmente e, assim, viver a vida.

Isto se fazia possível porque, os meios de produção, em sua totalidade, ainda não se concentravam nas mãos de uma pequena parcela da humanidade como propriedade privada e eles podiam ser operados individualmente. Entretanto, desvela-se, atualmente, que aos homens não-proprietários dos meios de produção, esta alternativa de vida não está mais posta. A trajetória histórica da humanidade não permite aos homens retornar ao que eram antes do processo de assalariamento, tal qual faziam os homens escravos, após serem submetidos à escravidão. E isto se manifesta teórica e empiricamente em nosso tempo. E, agora, assistimos cotidianamente o capital fazendo-se barbárie, uma vez que a produção material da vida não é mais um ato individual, faz-se em um ato social, porém desconectando-se do capital (Aued, 2002).

Esta condição desvela-se, neste início de século, em vista da elevada concentração dos meios de produção como propriedade privada burguesa. Não há qualquer lugar e coisa que não se faça reger por esta lei: a da propriedade privada burguesa. E essa dinâmica subtrai em escala cada vez mais acentuada mais trabalho excedente de menos trabalhadores, assim, é cada vez menor o número de trabalhadores que encontram espaço para a venda de sua força de trabalho ao capital (Aued, 2002).

E dadas às condições históricas, em que as forças produtivas engendradas na e pela sociedade capitalista, que só permitem que a sua operação se faça socialmente, com os homens em cooperação, ficando impossível a esses homens o retorno à reprodução da vida como um ato individual. Colocar um avião no ar individualmente? Impossível, somente todos os homens juntos podem fazê-lo. Uma ação individual operar uma usina elétrica também não se faz mais

---

<sup>10</sup> Trabalho passado: todo trabalho não consumido imediatamente.

<sup>11</sup> Trabalho vivo: ação humana na transformação da natureza, mediada por instrumentos com intencionalidade.

possível, em pleno século XXI não viveremos mais sob lamparinas, nem sem geladeira, muito menos nos locomoveremos a galope montados no dorso de cavalos.

Em nenhuma sociedade anterior a capitalista o processo produtivo foi coletivo. A passagem do pré-capitalismo ao capitalismo fez-se na destruição das formas individuais de produção para a construção das formas coletivas, embora sob a égide do capital. E gradativamente, toda a forma de produção da existência marca a passagem da destruição dos espaços individuais para a construção dos coletivos, constituindo-se assim, em uma forma superior a todas as anteriores de os homens produzirem a vida, embora ressaltando que essa dinâmica se faz através da cooperação capitalista.

Do processo de centralização<sup>12</sup> e concentração<sup>13</sup> inerentes à natureza capitalista de produção, decorre uma redução absoluta da procura de trabalhadores produtivos pelo capital. As unidades produtivas novas contratam cada vez menos trabalhadores e os trabalhadores das unidades velhas são pressionados a sair do processo produtivo. Essa população desnecessária ao capital pressiona os trabalhadores que ainda se encontram empregados em uma dinâmica que faz com que o valor-de-troca da força de trabalho reduza-se sistematicamente ao desvanecer o seu valor-de-uso, o que resulta no decréscimo do seu preço abaixo do seu valor. Cresce, dessa forma, o Exército Industrial de Reserva. Tem origem, neste processo produtivo, uma relação nova que se faz entre a classe trabalhadora empregada e a não empregada. Assim, o desemprego é a potencialidade engendrada pelo próprio trabalhador (Marx, 1994:729-743).

Para esses homens, não há mais espaço nesta sociedade, a exclusão é a impossibilidade de se reproduzirem como capital, ou seja, como vendedores de força de trabalho.

Desse modo, o capital é uma relação social que dispensa os homens assalariados e torna a constituição de novos capitalistas cada vez mais difícil<sup>14</sup>. O trabalhador, ao produzir a acumulação de capital em escala sempre crescente, produz, também, os meios que fazem dele uma população supérflua à necessidade do capital.

A força produtiva social do trabalho<sup>15</sup>, dado a partir do modo de produção capitalista, se desenvolve de forma antes nunca vista. Cresce, também, perante o trabalhador, a quantidade de riqueza acumulada que o domina. Ao mesmo tempo, cresce para o trabalhador, a pobreza, a indigência e sua sujeição ao capital. Desse modo, tanto o crescimento do capital como a

---

<sup>12</sup> Centralização: é uma das formas de acumulação capitalista (a transformação de mais-valia em novos capitais) quando um capital incorpora ou funde-se com outros capitais existentes.

<sup>13</sup> Concentração: é outra forma de acumulação capitalista quando um novo capital é criado, ampliando a existência de meios de produção e do assalariamento.

<sup>14</sup> Marx, livro 1, vol II cap. XXIII.

<sup>15</sup> Força produtiva do trabalho social: é a força produtiva advinda da união de todos os trabalhadores decorrentes do trabalho coletivo e universal.

miséria do proletariado apresentam-se como produtos de um mesmo processo (Marx, 1969:135).

A força produtiva do trabalho social desenvolvida é apropriada gratuitamente pelo capitalista. Essa força produtiva cria sobre o trabalhador novas condições de domínio do capital sobre o trabalho. Assim, a força produtiva do trabalho social *“revela-se de um lado, progresso histórico e fator necessário do desenvolvimento econômico da sociedade, e do outro, meio civilizado e refinado de exploração”* (Marx, 1994:417-418).

Esta força produtiva social, embora advinda da união dos homens trabalhadores, está desenvolvida para o capitalista e não para o trabalhador. É na utilização desta cooperação que o sistema de produção capitalista produz de modo superior às formas pré-capitalistas. Gera, com isso, forças produtivas inimaginadas, e revela-se um progresso histórico jamais pensado.

Assim, resta aos homens a produção da vida como um ato consciente para a produção do novo socialmente, uma vez que a produção atual do capital se faz degenerativamente.

### **III - A procura do novo na Economia Solidária**

Os fios da história nos quais vem se destacando a superação da ordem burguesa são apresentados por muitos estudiosos como economia solidária. No Brasil, para Paul Singer, um dos principais expoentes que trabalha com a temática, a economia solidária é reinventada, uma vez que ela surge como modo de produção no interior da sociedade capitalista há cerca de 200 anos com o amadurecimento do capitalismo industrial, principalmente na Europa, através de experimentos cooperativistas dos “socialistas utópicos”. Dessa forma, a economia solidária é um modo de produção que se constitui ao lado do modo de produção capitalista, da pequena produção de mercadorias, da produção estatal, da produção privada sem fins de lucro. Para ele, todos esses modos de produção compõem a formação social capitalista que só é capitalista porque o capitalismo é o maior modo de produção e molda a superestrutura legal e institucional à sua lógica. Segundo sua concepção, a economia solidária deverá aproveitar-se do desenvolvimento das forças produtivas; relacionar-se com o mercado capitalista, não privilegiar, nem buscar o isolamento; ela não prescinde inteiramente do Estado, mas deve buscar a sua autonomia e ter como base a história do movimento anticapitalista. A cada mudança institucional capitalista ocorre uma reação às contradições do capitalismo posto a cabo pelas classes trabalhadoras. Nesse sentido, a grande questão para Singer é buscar saber se a economia solidária é somente uma reação à crise que se instalou no capitalismo a partir da década de 1970 ou se nela há alguma consciência e a afirmação de um novo modo de produção. Segundo ele, as instituições anticapitalistas, como os sindicatos e as cooperativas

construídos ou impostos pela classe operária são implantes socialistas inseridos nos poros do capitalismo.

A principal diferença apontada por Singer (2002a) entre a economia capitalista e a solidária está no modo de como as empresas são geridas. A economia capitalista utiliza-se da heterogestão, a administração é hierárquica; na economia solidária, pratica-se a autogestão, administra-se democraticamente. A autogestão tem como principal mérito o desenvolvimento humano que proporciona aos participantes, e não a eficiência econômica, embora ela seja necessária. A racionalidade da empresa solidária segue uma lógica diferente da posta pelas empresas capitalistas; ela surge não somente para permitir ganhos aos sócios, mas como criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo, como também exige de seus integrantes uma opção contra os valores dominantes da competição capitalista e da primazia do trabalho sobre o capital. É regida pelos princípios: propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Esses princípios unem todos os que produzem numa única classe de trabalhadores, os possuidores de capital por igual em cada cooperativa. O resultado material desse processo é a solidariedade e a igualdade. A reprodução desse resultado exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. A economia solidária é composta por empresas que praticam a autogestão e tem como pressupostos: negação da separação entre trabalho e meios de produção; o capital é de quem nela trabalha e, nesse sentido, trabalho e capital são fundidos; a propriedade é dividida de forma igualitária entre todos os trabalhadores; todos têm o mesmo poder de decisão; a finalidade não é maximizar lucro, mas quantidade e qualidade de trabalho; o capital não é remunerado, por isso não há “lucro”, não há recebimento de salário, e sim retiradas de acordo com a receita obtida que será igual ou desigual de acordo com decisão tomada em Assembléia; as sobras terão seu destino decidido por Assembléias; novos sócios passarão por estágio probatório.

Para que a economia solidária transforme-se de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá que alcançar níveis de eficiência na produção e na distribuição comparáveis ao da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiros e científico-tecnológicos solidários. Além disso, também deverá encontrar a sua própria dinâmica sem depender das contradições do capitalismo. Essa economia foi concebida pelos “utópicos”, acentua Singer (2002a), como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social, ou seja, foi concebida para ser uma alternativa superior à capitalista, não em termos econômicos estritos, mas por proporcionar às pessoas que a adotam, na forma de produtoras, poupadoras, consumidoras etc, uma vida melhor.

Ao discutir a idéia de autonomia Marcelo Lopes de Souza (2000) expõe que se produz o novo, que para ele é a autonomia, a construção de uma sociedade de homens autônomos, na medida em que se faz possível aos homens desenvolverem-na, o que se tem tornado difícil, dada à fragmentação do tecido sociopolítico-espacial. Essa busca pela autonomia, faz-se através da participação, da conscientização. A instauração de uma sociedade autônoma implica um processo de mutação antropológica que não se realizará centralmente no processo de produção, ou bem a idéia de uma transformação da sociedade é uma ficção, ou bem a ordem estabelecida, a luta pela autonomia, a criação de novas formas de vida individual e coletiva invade e invadirá todas as esferas da vida social, e nenhuma dessas esferas desempenha um papel determinante. A idéia de uma tal determinação é um contra-senso, ou seja, para Souza (2000), “sem a participação da sociedade civil, um desenvolvimento sócio-espacial fundado na conquista gradual da autonomia individual e coletiva em diversas escalas deixa simplesmente de fazer sentido”. Ele coloca a autonomia como requisito para um desenvolvimento autêntico. Propõe para uma releitura desta questão o “conceito de desenvolvimento enquanto desenvolvimento sócio-espacial, com a ajuda da autonomia como princípio e parâmetro fundamental”.

Diferentemente de Souza, que propõe a autonomia como fundamento para uma nova sociedade, cuja construção se faz possível interagindo com a sociedade capitalista, Enrique Leff diz que a construção de uma sociedade nova se faz possível somente se ela tiver por pressuposto uma racionalidade ambiental que substituirá a racionalidade econômica. Isto é, há uma comunidade que preserva o meio ambiente e, com os valores de troca, transforma-os, integra-os com a economia de mercado, ou seja, só produz para o mercado tendo por pressuposto a racionalidade ambiental, a preservação do meio ambiente, e só a partir desse excedente é que a comunidade constituiria uma relação de mais-valia e de valor.

Portanto, toda a discussão de Leff (2001), é que haverá uma multiplicidade de formações sociais locais e de técnicas de trabalho fundadas nas condições ambientais do lugar. Assim, cada lugar será uma singularidade cuja base é a ecologia, as condições ecológicas ou o meio ambiente.

Assim, ao invés do modo de produção e da formação sócio-econômica, ele propõe a definição de formações econômico-socioambientais (FESA) “como unidades produtivas nas quais se articulam as diferentes relações de produção estabelecidas pelas tipologias dos produtores com novas forças produtivas, que emergem de um processo de construção social do potencial ambiental e da produtividade ecotecnológica para o desenvolvimento sustentável” (Leff, 2001:121).

Para ele, a construção de uma nova forma de produção da vida dá-se através da substituição da racionalidade econômica, pela racionalidade ambiental, como uma ação consciente dos homens. As diferenças entre as classes sociais, capitalistas e trabalhadores, desaparecerão, uma vez que estarão subsumidas a esta nova racionalidade, a ambiental.

A universalidade nesta forma de produzir a vida não se dá nem pelo modo de produção nem pela formação econômica social, mas, sim, pela multiplicidade das singularidades que se conectam pelo excedente produzido dentro das condições naturais dadas pelo intercâmbio.

Para Luis Razeto (2002), as organizações solidárias operam com recursos escassos, técnicas rudimentares, baixa tecnologia, saber fragmentário e capacidade de gestão apenas intuitiva. É, entretanto, através da força da solidariedade que esses poucos recursos se potencializam extraordinariamente. É a solidariedade a força que converte em viáveis e eficientes as experiências produtivas. Ela pode ser desenvolvida por todas as empresas e economias em nível global, a solidariedade como força econômica dimensionada através do que ele chama de fator “C”, que é um novo fator que se integra aos modelos e análises econômicas junto ao trabalho, o capital e a tecnologia. Qualquer empresa que a adote tornar-se-á mais produtiva e eficiente. Ele imagina o mercado e os Estados adotando a solidariedade, o que os tornariam mais perfeitos, as políticas seriam melhores e os resultados mais equânimes, esta seria a força do fator “C”, ou seja, para ele, a solidariedade aparece como uma nova racionalidade econômica. Sempre houve na história da humanidade alguma forma de expressão econômica que pode ser entendida como solidária, convivendo com outras formas de organização da produção. É preciso, portanto, reconhecer o caráter humano e natural da economia da solidariedade (Razeto, 2002).

Para Luis Inácio Gaiger (2001), os pressupostos da economia solidária assemelham-se aos de Paul Singer, mas percebe o seu surgimento a partir da crise da sociedade capitalista na década de 70 do último século, o seu protótipo são também as cooperativas ou associações. Difere-se de Singer na medida em que apresenta os seguintes aspectos como características da economia solidária: envolve indivíduos que vivem da venda da sua força de trabalho; está a caminho de constituir-se em uma economia do trabalho; a cooperação é a alavanca que sustenta o seu desempenho; alinha-se como um movimento de crítica global ao sistema econômico capitalista. Como Razeto (2002) apresenta, também, a solidariedade como uma racionalidade econômica e utiliza o fator “C” de forma que os empreendimentos solidários deverão passar de uma condução espontânea para uma lógica empreendedora, para um racionalismo empreendedor que pode ser compreendido por valores voltados à qualidade de vida e à evolução do ser humano. Segundo ele, imaginar a substituição da economia de mercado por

uma economia solidária é desconhecer a heterogeneidade de ambos, o que se deseja é abolir os princípios do mercado por outros, diferentes do capitalista, ou, se possível, disputar as preferências dos consumidores de forma ética e fundada em pactos sociais.

Também como Gaiger, Armando Lisboa (2001) aborda o surgimento da economia solidária a partir da crise no modo de produção capitalista e que ela está a quebrar o sempre presente desprezo que desempenha juntamente ao cooperativismo no processo de transformação social. Para ele, a distribuição da riqueza não mais se dará através da participação no mundo do trabalho e, para isso, é preciso “desencantar” o trabalho; a perspectiva da economia solidária não se restringe à socialização da produção, mas de uma ampla visão de uma nova sociedade; o desenvolvimento dar-se-á a partir de experiências locais de autogestão que se potencializam quando apoiadas por complexos cooperativos e na sinergia entre empreendimentos solidários que cooperam entre si. Ele ainda diz que se deve constituir um mercado controlado pela sociedade; o ponto de partida, bem como o ponto de chegada, estão no poder local. Também vislumbra uma cidade ecológica e solidária, onde todos seremos “cidadãos prosumidores”, ou seja, que produzem ao mesmo tempo em que consomem.

Outra forma de organização social visando a superação desta sociedade é a que vem sendo proposta por Euclides Mance em sua formulação das redes de colaboração solidária, também inserida no contexto da economia solidária, tendo-a como pressuposto, e que se propõe a formar uma sociedade em rede. A organização de redes de colaboração solidária tende a construir uma sociedade alternativa ao capitalismo, valendo-se dos recursos que nele foram produzidos (Mance, 2000). Para a viabilização dessa organização, uma condição é requerida, que todos os que aderirem ao projeto pratiquem o consumo solidário, ou seja, dêem preferência a produtos produzidos pelas redes de colaboração solidária. Este *consumo solidário* é movido pela consciência de que o consumo é o objetivo final de todo processo produtivo e, consumindo solidariamente, todos contribuiríamos para preservar os ecossistemas, manter empregos, eliminar toda forma de exploração dos seres humanos e, assim, construir uma nova sociedade colaborativa e solidária, de forma que a revolução das redes inicie a organização de uma sociedade pós-capitalista que não seja confundida com o cooperativismo capitalista ou com o socialismo estatal ou mesmo com variações do anarquismo, mas que absorve elementos das mais variadas propostas emancipatórias e utiliza-se dos recursos tecnológicos desenvolvidos pela sociedade capitalista em vista da ampliação das liberdades públicas e privadas.

O que Mance (2000) chama de colaboração solidária significa um trabalho e consumo compartilhados, cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém de um sentido moral de co-



responsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular. E esse bem-viver solidário implica respeitar o desejo pessoal na mesma medida em que se respeita o desejo público, garantidas as melhores condições materiais, políticas, educativas e informacionais para o exercício das liberdades humanas.

O consumo solidário é o ponto principal da criação de uma outra forma de reprodução que não a capitalista, ou seja, ao invés do egoísmo individualista, a colaboração solidária, de forma que tanto mais rica é uma sociedade quanto menos necessário for trabalhar para viver (Mance, 2000).

Dessa forma, a dinâmica da construção de uma nova sociedade se faz pelo consumo, ou seja, o agente consciente desse processo é o consumidor, o que implica uma transformação cultural da sociedade, a qual passará a consumir produtos que estejam estabelecidos nos fios dessa rede de solidariedade.

Neste sentido, para a economia solidária, o novo está em produzir a vida através das formas autogestionárias em que os trabalhadores são os donos das empresas, da valorização de relações sociais mais justas, igualitárias, éticas, que protejam o meio ambiente e expressem a solidariedade como forma de ser. Difere da proposição de uma sociedade autônoma de Souza, em vista de que, para ele, não é um problema de classes sociais. No entanto, para Singer, são as classes sociais, ou seja, os trabalhadores e os pequenos proprietários dos meios de produção que constroem, na forma de empresas solidárias autogestionárias, uma nova forma dos homens produzirem a vida.

Souza propõe o novo que se faz na busca por autonomia; Leff o propõe como uma nova racionalidade, a ambiental; para os estudiosos da Economia Solidária, com algumas variações: 1) quanto ao seu surgimento: Singer, com os “utópicos” há cerca de 200 anos; para Razeto sempre houve na história da humanidade alguma forma de expressão econômica que pode ser entendida como solidária, natural; para Gaiger, Lisboa e também para Mance, ela se manifesta a partir da crise do capitalismo na década de 70, aparecendo com maior força no final dos anos 80 e início dos 90. 2) Quanto ao desenvolvimento das forças produtivas: para Singer, necessariamente, ela deverá incorporar as forças produtivas desenvolvidas no modo de produção capitalista; para Mance, ela deverá, sim, estar inserida no desenvolvimento produtivo atual, mas poderá criar a sua própria tecnologia, uma vez que uma tecnologia posta à disposição poderá ter formas diversas e adequar-se para o uso nas redes de colaboração solidária e atuar em forma de redes próprias; para Lisboa, elas deverão desenvolver-se a partir de uma dinâmica local, uma vez que o desenvolvimento das forças produtivas não criou uma sociedade mais justa. 3) Quanto à sua ligação com o modo de produção capitalista: para Singer,

ela deverá estar, necessariamente, vinculada à sociedade do capital e não atuar isoladamente; para Razeto, a racionalidade da solidariedade poderá ser adotada por toda a sociedade, desde empresas até o Estado; para Lisboa, ela estará atuando em um mercado, não como o capitalista, mas em um mercado controlado pela sociedade; para Gaiger, assim como Singer, ela não estará desatrelada do capitalismo, mas atuará sob a forma da solidariedade. 4) Quanto a sua dinâmica: para Singer, a sua dinâmica advém da autogestão; para Mance, a dinâmica das redes de colaboração solidária advém do consumo solidário; Gaiger e também Razeto apostam na dinâmica de uma racionalidade solidária ou na incorporação de uma racionalidade empreendedora, medida pelo que chamam de fator “C”. 5) Quanto ao seu vínculo com o Estado: para Singer, ela deverá ter uma certa autonomia em relação ao Estado, mas não prescindirá dele totalmente, o Estado será necessário para uma distribuição equânime dos resultados do processo produtivo; para Razeto, em o Estado adotando a racionalidade solidária, suas políticas serão mais eficientes.

## **V - O novo em questão (limites e avanços)**

Há alguns críticos que, embora ressaltem a positividade dos experimentos de economia solidária, tecem observações quanto ao seu limite. São eles: Aníbal Quijano, Boaventura de Souza Santos, César Rodríguez e Carlos Vainer.

A crítica de Quijano (2002) às propostas que têm se apresentado como alternativas ao modo de produção capitalista é de que nenhuma delas apresenta questionamentos radicais ao padrão de poder do capitalismo, embora algumas se encaminhem para isso. Para ele, a crescente adoção da reciprocidade é uma nova tendência de resistência dos trabalhadores e implica a entrada de um novo período histórico das experiências e dos conflitos sociais no capitalismo, ou seja, são as necessidades materiais produzidas pelo capitalismo que levam os trabalhadores a perceber que é apenas na medida em que eles se libertem deste sistema e se exercitem em práticas sociais e se reapropriem do controle do seu trabalho que poderão defender-se e aproveitar melhor as regras capitalistas do mercado. Para isso, não é necessário que eles estejam conscientes de suas ações ou das suas implicações teóricas e políticas, é a prática social na produção ou em outras instâncias da existência social que produz modos diferentes de sentido, isto é, perspectivas mentais diferentes das associadas ao capitalismo.

Não basta a presença da solidariedade como código ético do comportamento das pessoas para que a organização ou a entidade se apresente como modo alternativo de produção, falta a elas, acresce Quijano (2002), a vitalidade e a viabilidade para sê-lo e, para isso, é

necessário que se tornem tão poderosas, flexíveis e de comprovada capacidade de adaptação, como o é do capital e o do capitalismo<sup>16</sup>.

É a democracia, acentua Quijano (2002), a condição *sine qua non* de toda a trajetória histórica na qual a dominação e a exploração são reduzidas e erradicadas. É ela a condição de uma revolução social. Não existe nem “economia alternativa” nem “sistemas alternativos de produção” sem uma estrutura de autoridade à do Estado capitalista. A democracia requer um contexto em que o sistema de autoridade apóie a reprodução de um sistema para o seu controle democrático, e isso só pode se dar entre comunidade e reciprocidade.

Uma tarefa urgente, neste momento, para Santos e Rodríguez (2002), é a construção de alternativas econômicas concretas que sejam emancipatórias, viáveis e dêem também um conteúdo específico às propostas por uma globalização contra-hegemônica. A sua viabilidade depende, em boa medida, da sua capacidade de sobreviver no contexto do domínio do capitalismo. É necessário averiguar a viabilidade e o potencial emancipatório das diversas experiências alternativas que têm sido praticadas por todo o mundo, que apresentam formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção ao meio ambiente em que consiste o que há de maior possibilidade de construção de uma outra sociedade. Além disso, acentuam que nenhuma dessas novas propostas representa uma alternativa sistêmica ao capitalismo, ou seja, não se apresentam como um novo modo de produção, porque, para eles, ainda não aprendemos a fazer uma economia funcionar tendo por base a generosidade, embora essas alternativas sejam importantes na condição de potencialidades emancipatórias. Essas alternativas geram dois efeitos de conteúdo emancipador: 1) em nível individual, ocorrem mudanças nas condições de vida dos seus protagonistas; 2) em nível social, a propagação das experiências bem-sucedidas resultam na multiplicação dos campos sociais em que operam valores e formas de organização não capitalistas.

Para Carlos Vainer (s/d), a luta dos trabalhadores efetiva-se contra os imperativos da economia. A construção de um amplo projeto que envolve a solidariedade é inseparável de uma crítica teórica e prática da economia. Não é possível construir uma alternativa à economia dentro dos seus próprios marcos. Desta forma, utiliza-se da noção de “utopia experimental” recolhida nos trabalhos de Henri Lefebvre, que implica enunciar como horizonte de alternativa à

---

<sup>16</sup> O capital, para Quijano (2002), existe única e exclusivamente com eixo dominante de articulação de todos os modos de produção conhecidos, e capitalismo é o termo que designa o conjunto do sistema de articulação dos modos de produção sob a dominação do capital.

luta contra a economia capitalista, já que ela não se concretiza em uma ruptura abrupta, mas em processos contínuos que se faz a cada dia.

A construção de projetos históricos alternativos, para Vainer (s/d), deve levar em consideração a dimensão teórico-conceitual, a dimensão da experiência prática, da luta política, da organização partidária, da organização sindical, da organização associativa. Há proponentes que colocam a construção de um projeto histórico alternativo que deverá estruturar-se sobre a escala local; outras propostas, sobre a escala nacional; outras, sobre a escala global. A proposta de Vainer considera que o poder não está na consideração das escalas local, nacional e nem na global, está na capacidade de articular-se nessas diversas escalas, isto é, de estar presente simultaneamente nestas escalas. Dessa forma, o poder dos movimentos sociais não emana, nem do lugar, nem do nacional, nem do global, emana da sua presença nas três escalas. É como se existisse uma quarta escala constituída simultaneamente das outras escalas.

A economia solidária, para Carlos Vainer (s/d), só será uma proposta alternativa não-capitalista na medida em que ela se constituir em espaços para a utopia experimental, ou seja, na medida em que ela for um espaço em que se vivem as várias formas de sociabilidade do mundo do trabalho, a solidariedade, o sentimento de pertencimento a um grupo.

### **Conclusão**

O desenvolvimento do modo de produção capitalista engendra três vetores históricos que se apresentam como possíveis tendências para a superação da sociedade burguesa e para a construção de uma nova forma dos homens produzirem sua existência. O primeiro - os homens burgueses movem-se em razão da produção da mais-valia, que significa compreender como os homens produzem na sociedade capitalista; o segundo - ao se produzir na sociedade burguesa, produz-se, ao mesmo tempo, a própria sociedade burguesa, ou seja, homens proprietários e não-proprietários dos meios de produção; o terceiro - ao se produzir na sociedade burguesa, produz-se simultaneamente à negação desta sociedade, ou seja, produzem-se os elementos de superação da sociedade capitalista, a transmutação do capital individual em capital social, pela centralização do próprio capital (Aued, 2002).

Há aspectos a serem destacados como virtuosidades da sociedade burguesa, na medida em que ela se desenvolve divide o trabalho de tal forma que se alcança um determinado momento em que a produção de cada mercadoria é decorrência da conexão de todos os ramos e setores da sociedade. Desenvolvendo uma interdependência entre todos os produtores e consumidores da riqueza social, ainda que através de fios burgueses invisíveis. Cujo resultado é que o trabalho de cada um é cota parte do trabalho social e contribui para a vida de todos na

sociedade; o trabalho de todos serve para produzir a vida de cada um. O que faz com que a produção material da riqueza no capitalismo tenha por fundamento a socialização do trabalho e da vida. Esta relação socializada da vida estrutura-se sobre uma base material que só pode ser operada coletivamente, entretanto, ela se manifesta como sistema de grande indústria.

Esses dois elementos, tanto a socialização do trabalho como a operação somente social dos meios de produção, constituem-se, a um só tempo, em pressupostos de uma sociedade na qual a apropriação da riqueza não se fará através da propriedade privada capitalista e impõe-se aos homens a impossibilidade de retorno às formas anteriores de produção de sua existência.

De forma que, agora, a espacialização do novo não é produzir a mais-valia, não é reduzir o tempo de trabalho necessário para reprodução da força de trabalho (salário), para ampliar a mais-valia (trabalho excedente), é reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção social dos homens para ampliar o tempo de não-trabalho, ou seja, o tempo livre.

El robo de tiempo de trabajo ajeno, sobre el que descansa la riqueza actual, se presenta como una base miserable frente a esta base recién desarrollada, creada por la misma gran industria. Tan pronto como el trabajo en forma inmediata ha dejado de ser la gran fuente de la riqueza, el tiempo de trabajo deja y tiene que dejar de ser su medida y, en consecuencia, el valor de cambio tiene que dejar de ser la medida del valor de uso. El plus trabajo de la masa ha dejado de ser condición para el desarrollo de la riqueza general, así como también el no-trabajo de los pocos ha dejado de ser condición para el desarrollo de las fuerzas generales del cerebro humano. Con ello se derrumba la producción basada sobre el valor de cambio, y el proceso de producción material inmediato pierde la forma de la miseria y del antagonismo. Aquí entra entonces el desarrollo de los individuos, y por lo tanto, la reducción del tiempo de trabajo necesario no para crear plus trabajo, sino la reducción en general del trabajo necesario de la sociedad a un mínimo, al que corresponde entonces la formación artística, científica, etc., de los individuos gracias al tiempo devenido libre y a los instrumentos creados para todos ellos (Marx e Engels 1973:91) .

De forma a libertar os homens das amarras do capital, da dominação do trabalho passado sobre o trabalho presente, da produção de riqueza para a própria riqueza, passando do mundo das necessidades para o mundo da liberdade.

A riqueza efetiva da sociedade e a possibilidade de ampliar sempre o processo de reprodução depende não da duração do trabalho excedente e sim da produtividade deste e do grau de eficiência das condições de produção em que se efetua. De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumenta as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com o menor dispêndio de energias e nas

condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuinamente da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho (Marx, 1974A: 941-42).

O novo é, portanto, a constituição do ser social pleno, onde os homens produzem os próprios homens conscientemente. Superando as condições naturais de sua existência pelas condições sociais, através da supressão da propriedade privada burguesa.

A supressão da propriedade privada constitui, deste modo, a emancipação total de todos os sentidos e qualidades humanas. Mas só é esta emancipação porque os referidos sentidos e propriedades se tornaram humanos, tanto do ponto de vista subjetivo como objetivo. O olho tornou-se um olho humano, no momento em que seu objeto se transformou em objeto humano, social, criado pelo homem para o homem. Por consequência, os sentidos tornaram-se diretamente teóricos na sua prática. Relacionam-se à coisa por ela mesma, mas a própria coisa já constitui uma relação humana objetiva a si mesma e ao homem, e vice-versa. A necessidade ou o prazer perderam portanto o caráter egoísta e a natureza perdeu a sua mera utilidade, na medida em que a sua utilização se tornou utilização humana (Marx, 1974:142).

Assim, os espaços que compõem os experimentos da economia solidária, como possibilidade de uma forma superior à capitalista de produção da existência humana, devem se fundamentar na produção consciente dos homens pelo próprio homem, no tempo livre, na utilização comum dos meios de produção, na impossibilidade dos homens retornarem à condição de escravos, servos e a todas as outras formas sociais pré-capitalistas de produção da vida, na superação do reino das necessidades, na construção do reino da liberdade. Tendo como síntese a emancipação plena do ser social.

Os pesquisadores da economia solidária acima referenciados e suas proposições de uma sociedade superior à capitalista são aqui relacionados como contrapontos à uma formulação histórica e materialista, pois que para além dos desejos de transformação da sociedade, os homens só fazem a história nas condições dadas.

## BIBLIOGRAFIA

- AUED, Idaeto Malvezzi. Capital e emancipação humana: o ser social. In: AUED, Bernardete Wrublevski. (org.). *Educação para o (des) emprego*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- , Marxismo e Geografia. In: ALBA, Rosa Salete. E OTSUSCHI, Cristina. E ZIBORDI, Antonio Francisco Guerreiro (orgs.). *O Ensino da Geografia no Novo Milênio*. Chapecó (SC): Argos, 2002.

- GAIGER, Luiz I. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- . As organizações do terceiro setor e a economia popular solidária. *Revista de Ciências Sociais*, n. 159, 2001.
- GRADE, Marlene. MST: luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista. Dissertação de Mestrado em Economia – UFSC, 1999.
- LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.
- LISBOA, Armando de Melo. A socioeconômica solidária diante da grande transformação. *Revista de Ciências Sociais*, n. 159, 2001.
- MANCE, Euclides André. *A revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Difel, 1994 .vol 1 e 2.
- . *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1974 A.
- . Manuscritos econômico-filosóficos. In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- . *Líneas Fundamentales de la crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. Barcelona: Grijalbo, 1977.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *La ideologia alemana*. Buenos Aires: Pueblos Unidos, 1973.
- QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- RAZETO, Luís. Entrevista a Neticoop (Rede da Confederação Uruguaia de Entidades Cooperativas). [www.neticoop.org.uy](http://www.neticoop.org.uy). Acessado em 07.10.2002 às 22:00hs.
- . La economia de solidaridade: conceito, realidad y proyecto. [www.neticoop.org.uy](http://www.neticoop.org.uy). Acessado em 07.10.2002, às 22:30hs.
- SANTOS, Boaventura de Souza. E RODRÍGUEZ, César. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record, 2000.
- SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

- , *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002a.
- , *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.
- SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo (Orgs.). *A economia solidária no Brasil – autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.
- VAINER, Carlos. O presente de um futuro possível. In: GUIMARÃES, Gonçalo (org.). *Sindicalismo e cooperativismo. A economia solidária em debate. Transformações no mundo do trabalho*. Rio de Janeiro/São Paulo: COOPE/UFRJ, Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, UNITRABALHO, 1999.